

TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

RESUMO:

O objetivo precípua deste trabalho foi explorar os potenciais contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas no ensino de Contabilidade Pública. O presente trabalho justifica-se pela contribuição que uma abordagem pedagógica embasada nos pressupostos da teoria habermasiana, pode oferecer no âmbito da Educação Contábil, mais especificamente no ensino da Contabilidade Pública. O proceder metodológico utilizado nessa investigação foi o dedutivo, embasado em técnicas de documentação indireta e vasta pesquisa bibliográfica em materiais que estivessem em consonância com o objetivo estabelecido. O que se propõe neste estudo é o desenvolvimento de aulas de contabilidade pública que provoquem efeito emancipatório nos educandos da disciplina, sendo abordados no trabalho algumas sugestões para concretizar este objetivo. Para tanto, conclui-se que para que os contadores exerçam um papel ativo na sociedade, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam ações buscando uma maior socialização e participação dos estudantes, voltada ao entendimento, ao conhecimento crítico e combatendo as práticas pedagógicas individualistas, que visam a dominação e manipulação, sendo este justamente o paradigma cartesiano criticado por Habermas.

Palavras-chave: Teoria da Ação Comunicativa, Razão Comunicativa, Educação Contábil.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas não se propõe a estudar diretamente a educação contábil, no entanto, visíveis são as contribuições que podem ser apropriadamente adaptadas às Ciências Contábeis. Em que pese, a Contabilidade ser reconhecidamente uma ciência instrumental, a contribuição da óptica habermasiana do agir comunicativo como uma abordagem pedagógica descortina uma reinterpretação da relação ensino-aprendizagem, abandonando a relação sujeito-objeto pela relação sujeito-sujeito.

Neste sentido cabe registro da visão de linguagem e comunicação aplicada à contabilidade, defendida por autores cujos pontos basilares encontram conforto na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. (LYYTINEN e KLEIN, 1985; ARRINGTON e PUXTY, 1991; BROADBENT et. al., 1991; CHUA e DEGELING, 1993; LODH e GAFFIKIN, 1997)

Alguns autores têm usado a teoria da linguagem de Habermas para examinar as conexões entre a contabilidade e a Teoria da Democracia para explicar como a contabilidade interage com o mundo social e para desenvolver novos sistemas em direção a modelos normativos de argumentação racional. (LEHMAN, 2006)

Neste sentido, a aplicação da teoria habermasiana na contabilidade passa a ser encarada como uma possibilidade de atuação na qual a partir dos conceitos de linguagem comunicativa e ação emancipatória, compreendidos em Habermas, se possa encarar o processo de comunicação contábil como um processo de interação sujeito-sujeito, que além da informação, contribui na emancipação do ambiente social dos usuários (encarados como sujeitos ativos) da contabilidade.

Em se tratando de visualizar a teoria habermasiana como abordagem pedagógica, ao ensino da contabilidade pública, percebida como ramo da ciência que controla e explica as mutações do patrimônio público, lecionada como uma disciplina em que os sujeitos depositam conhecimentos, “treinando” os educandos para sua aplicação; passa a ser, na óptica comunicativa, tratado como um processo de formação em que todos os educandos de maneira comunicativa, livres de qualquer coação, possam alcançar conjuntamente o entendimento.

Diante desse contexto, emerge o seguinte questionamento: ***Poderia a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas proporcionar alguma contribuição ao ensino de Contabilidade Pública?***

Parametrizou-se como objetivo precípua deste trabalho explorar as potenciais contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas no ensino de Contabilidade Pública.

O proceder metodológico utilizado nessa investigação foi o dedutivo, embasado em técnicas de documentação indireta e vasta pesquisa bibliográfica em materiais que estivessem em consonância com o objetivo estabelecido.

O presente trabalho justifica-se pelas possíveis contribuições que uma abordagem pedagógica embasada nos pressupostos da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, pode oferecer no âmbito da Educação Contábil, mais especificamente no ensino da Contabilidade Pública, proporcionando um incremento qualitativo no seu ensino.

2. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM CONTABILIDADE

Para melhor entendimento e inserção ao ambiente de ensino e aprendizagem realizado na contabilidade, como também conhecer os ambientes educacionais em que esta ciência encontra-se envolvida. Apresentam-se as abordagens do processo de ensino-aprendizagem em Contabilidade, defendida por Mizukami (1986), que mais influenciam os professores no Brasil. Segundo o mesmo autor são as seguintes:

- Abordagem Tradicional;
- Abordagem Comportamentalista;
- Abordagem Humana;
- Abordagem Cognitivista;
- Abordagem Sócio-Cultural

Como não é objetivo precípua deste trabalho tratar sobre essas abordagens, evidencia-se no quadro a seguir, as principais características dessas:

Quadro 01: Abordagens do Processo Ensino-Aprendizagem

ABORDAGENS	ELEMENTOS RELEVANTES			
	Escola	Aluno	Professor	Ensino e Aprendizagem
Tradicional	É o lugar ideal para a realização da educação	É um ser passivo	Transmissor do conteúdo; autoridade	Obedece a uma seqüência lógica por meio de aulas expositivistas com exercícios de fixação
Comportamentalista	Uma agência educacional	Elemento para quem o material é preparado	Organizador e aplicador dos meios que garantem a eficiência e eficácia do ensino	Ênfase nos meios (recursos áudio-visuais, instrução programada, tecnologias de ensino, máquinas de ensinar, computadores etc.)
Humanista	Oferece condições ao desenvolvimento e autonomia do aluno de forma democrática	É um ser ativo	É o facilitador do processo de ensino e aprendizagem	Obedecem ao desenvolvimento psicológico do aluno
Cognitivista	Deve dar condições para o aluno aprender por si próprio; reconhece a prioridade psicológica da inteligência sobre a aprendizagem	É essencialmente ativo	Criador de situações desafiadoras; estabelece condições de reciprocidade e cooperação moral e racional	Desenvolve a inteligência do sujeito numa situação social; facilitador o “aprender a aprender”.
Sócio-Cultural	Proporciona meios para que a educação se processe em seus múltiplos aspectos	Pessoa que determina e é determinada pelo social; capaz de operar mudanças na realidade	Direcionador e condutor do processo de ensino e aprendizagem por meio da relação horizontal	Objetivos definidos a partir das necessidades concretas do contexto histórico-social dos sujeitos.

Fonte: Adaptado de SANTOS (1999, p. 26-32)

Acerca da abordagem tradicional, destaca Misukami (1986), que esta abordagem não é fundamentada, explicitamente ou implicitamente, em teorias de validação empírica, e sim, em práticas educativas transmitidas através dos anos. O professor situa-se como protagonista do processo educacional apenas transmitindo conhecimentos na mais clássica visão sujeito-objeto. Dessa forma, entende-se, que o aluno seja um simples depositário do conhecimento transmitido pelo professor e a inteligência é entendida como uma faculdade capaz de acumular informações.

Encarando a escola como uma agência educacional, a abordagem comportamentalista tem seu foco nos meios utilizados no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o aluno receberá um material de onde retirará o conhecimento.

A abordagem humanista tem a proposta de que o indivíduo se desenvolva sem intervenções. Também conhecida como “ensino centrado no aluno”, essa abordagem observa as relações interpessoais e o crescimento da personalidade do indivíduo na construção e organização pessoais da realidade de cada um.

Nesta abordagem a ênfase está nos processos cognitivos e na investigação científica separada dos problemas sociais que de acordo com Misukami (1986, p. 59): “implica, dentre outros aspectos, se estudar cientificamente a aprendizagem como sendo mais do que um produto do ambiente, das pessoas ou de fatores que são externos ao aluno”. Entende-se que o objetivo da educação não é o de transmitir verdades, informações ou demonstrações de modelos, mas que o aluno aprenda por si só a conquistar essas verdades.

Na abordagem sócio-cultural, no Brasil, uma das obras que mais se destacam conforme Santos (1999, p. 30) é a de Paulo Freire que dá “ênfase principalmente na alfabetização de adultos” identificando-a como “uma abordagem interacionista entre o sujeito e o objeto de conhecimento, embora com enfoque no sujeito como elaborador e criador do conhecimento”.

3. O ENSINO E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

Segundo Gonçalves (1999), nas sociedades industriais, pelo processo de modernização, passou a prevalecer a forma de racionalidade instrumental, sendo essa definida pela relação meios-fins, ou seja, através da organização dos meios para atingir os fins determinados, ou pela escolha de alternativas formadas estrategicamente para a consecução de objetivos.

Contrário a essa realidade, Habermas, com a Teoria da Ação Comunicativa procura superar esse conceito de racionalidade instrumental, buscando ampliar o conceito de razão, para o de uma razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma, a razão comunicativa.

Partindo dessa Teoria Habermasiana, segundo Iarozinsk (2000), torna-se possível a construção de uma nova e democrática estrutura nos sistemas de ensino atuais, dessa forma procurando basicamente uma combinação entre o mundo do sistema e o mundo da vida, onde a teoria e a prática estariam interligadas através de ações concretas, em uma dinâmica de interação entre os atores envolvidos, visando novas racionalidades.

Considerando, inicialmente, as ciências de uma maneira geral, Habermas divide o conhecimento orientado pelos tipos de interesses em 3 tipos constitutivos: técnico, prático e emancipatório. Lyytinen e Klein (1985) baseados nisso construíram o seguinte quadro:

Quadro 02 - Aspectos dos interesses de conhecimento – ciências em geral

Interesse de Conhecimento	Ação Social	Elementos Mediadores	Ciências	Proposta	Processo
Técnico	Propositiva-racional	Sistemas de Trabalho	Empírico-analíticas	Explicação, Previsão e Controle	Método Científico, Verificação
Prático	Ação Comunicativa	Instituições Culturais, Linguagem Natural	Históricas, Hermenêutica	Entendimento do significado, Expansão da Intersubjetividade	Método Ideográfico, Regras de diálogo da Hermenêutica
Emancipatório	Ação Discursiva	Poder, Restrições não comprovadas	Ciências Críticas, Psicanálise, Filosofia	Emancipação, Consenso racional	Método reflexivo, Criticismo de suposições

Fonte: Adaptado de Lyytinen e Klein (1985)

A coluna de aspecto da “Ação Social” (segunda coluna) serve para revelar a conexão entre o tipo de ação social e o interesse de conhecimento com a qual está associada. A coluna aspecto de “Elementos de Mediação” sugere 3 elementos do mundo real que direcionam para um interesse específico. Já a coluna aspecto “Ciências ou Científico”, significa como as disciplinas podem ser classificadas de acordo com o conhecimento de interesse. Por “Proposta” do aspecto de investigação estão as razões através das quais se investiga o conhecimento de interesse e o “Processo” dos aspectos de investigação dá a abordagem metodológica da investigação.

Como a proposta anterior não contempla as ciências sociais, Lodh e Gaffikin (1997) sugerem o quadro a seguir:

Quadro 03 – Aspectos de interesses de conhecimento ciências sociais

Interesse de Conhecimento	Ação Social e Elementos Mediadores	Proposta de Investigação	Processo de Investigação e Métodos	Relacionamentos Pragmáticos
Técnico	Sistemas de Trabalho Propositiva-racional	Coletando corpo de conhecimento (conhecimento técnico)	Campo de estudo (entrevistas, investigação antropológica, etc.)	Direto
Prático	Atividades interativas (Ação Comunicativa)	Coletando corpo de conhecimento (entendendo o significado)	Campo de estudo (entrevistas, investigação antropológica, etc.)	Direto
Emancipatório	Poder, Restrições não comprovadas (Ação Discursiva)	Discurso	Etnografia crítica	Indireto

Fonte: Adaptado de Lodh e Gaffikin (1997)

No que foi acrescentado: os relacionamentos pragmáticos dizem respeito ao pesquisador e o que é pesquisado, pois para coletar o corpo de conhecimento desejado, considerando qualquer aspecto técnico ou social. O pesquisador precisa estar mais perto do que é pesquisado.

Voltando-se a contextualização do processo de ensino apropriar-se-á da definição de Bordenave e Pereira (2001), que quanto a esse assunto denotam a educação sob as formas de educação bancária e de educação problematizadora.

No primeiro caso, a educação bancária, segundo os mesmos, é caracterizada pela ênfase dada a transmissão do conhecimento e a experiência que o professor possui, e pela passividade dele no processo educacional, além de se preocupar pouco com o aluno como pessoa integral e membro de uma comunidade.

Ou ainda, segundo Iarozinsk (op.cit.), na educação bancária “o educador não consegue enxergar o sentido da vida humana”. Por sua vez, Freire (1986) denota que essa concepção caracteriza-se a um ato depositário, que surrupia a criatividade, e impede o saber, por contestar o dinamismo da busca.

Já no segundo caso, a educação problematizadora, de acordo com Freire (op. cit, p. 68), assume o diálogo entre o educador e o educando, tornando o educador como aquele que, segundo o mesmo:

Enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também se educa. Ambos, assim, tornam-se sujeitos do processo, em que crescem juntos e em que os argumentos de autoridade já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de está sendo com as liberdades e não contra elas.

Tendo adentrado na sistemática do processo de ensino-aprendizagem, objetivando uma educação democrática, pode-se aplicar o seu entendimento no Ensino da Contabilidade Pública, através da reflexão de um processo de aprendizado apropriado a construção do conhecimento de forma crítica.

4. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Jürgen Habermas descreve em sua Teoria da Ação Comunicativa, a inquietação no que concerne os efeitos do positivismo nas sociedades modernas, onde encontra-se em vigência uma razão técnica e instrumental.

Ele tem em mente uma sociedade composta de sujeitos capazes de interagir com base em acordos racionais e não na dominação de uns e na submissão de outros. Então, à razão instrumental, ele contrapõe a razão emancipatória. Esta surge, agora, como razão comunicativa.

De acordo com Habermas (1997, p. 418):

Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa.

A ação comunicativa propõe ainda uma diferenciação entre os interesses humanos: interesse técnico (caracterizado pelo modo como a pessoa controla e manipula o seu ambiente, isto é, baseado em investigação empírica e governado por regras técnicas); interesse prático (que identifica interação humana social ou ação comunicativa, onde o critério de clarificação de condições para comunicação e intersubjetividade é usado para determinar o que é uma ação apropriada) e o interesse emancipatório (que aduz ao fato do conhecimento ser obtido através de auto-emancipação, através da reflexão que conduz a uma consciência ou perspectiva de transformação), sendo este último o foco da teoria em questão.

No paradigma da comunicação proposto por Habermas, o sujeito não é mais definido exclusivamente como sendo aquele que se relaciona com objetos para conhecê-los ou para agir através deles e dominá-los, e sim, como aquele que, durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a interagir, entender e se fazer entender por outros sujeitos. (SIEBENEICHLER, 1989).

Portanto, a ação comunicativa é voltada para a compreensão, que é a capacidade dos sujeitos em entrarem em um consenso, realizando com isso, na concepção de Habermas, o ideal iluminista de emancipação humana no momento que há o entendimento mútuo e no entendimento livre do sujeito consigo mesmo. Logo, de acordo com Habermas *apud* Prestes (1997, p. 81) é necessário compreender:

Não é o conhecimento ou submissão de uma natureza objetivada, tomados em si mesmos, senão a intersubjetividade do entendimento possível, tanto no plano interpessoal, como no plano intrapsíquico. O foco se desloca então de uma racionalidade cognitivo-instrumental a uma racionalidade comunicativa.

Nesse sentido, a proposta da teoria habermasiana se abriga na quebra do paradigma instrumental, onde a educação é visualizada como mera transmissora de conhecimentos, passando a ser posta como uma construção e reconstrução do conhecimento, baseado numa visão do todo, inserido em tudo. Com isso proporcionando uma emancipação do sujeito que outrora estava arraigado à razão instrumental, que o privava dessa construção global do conhecimento.

5. ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

O ensino, ao ser compreendido como um processo de dialogia, segundo Laffin (2001), tem a intencionalidade de ajudar o aluno a entender as diferentes relações de saberes dos sujeitos históricos. No contexto da contabilidade pública diferente não é, pois, pode-se defini-la, segundo Silva (2004), como uma especialização da contabilidade ciência voltada para o estudo e a análise dos atos e fatos que ocorrem na administração pública.

Destacando-se que tal especialização da ciência contábil volta-se a cuidar das operações das entidades governamentais, aspirando uma melhoria do fazer social que lhe é implícito, habilitar os usuários de informações que lhe permitam participar efetivamente do processo e contexto social em que são inseridos.

Segundo Bordenave e Pereira (2001, p.15):

Somente através de uma transformação profunda na consciência dos homens é que se poderá atingir uma sociedade mais humana, menos injusta, mais digna de ser vivida, afim se poder realmente desfrutar da alegria de viver, criar e conviver. E esta transformação só será obtida, a meu ver, através de

um processo educacional global e renovado, que parte da base, e madure através de gerações, e que, por isso mesmo, não pode ser mais adiado.

Este contexto aponta para um horizonte fértil para a contabilidade, em especial a Pública, demonstrando que a preocupação do educador não se restringe exclusivamente ao ensino de demonstrações contábeis sofisticadas ou escrituração de fatos contábeis, é preciso ter preocupação com a formação do homem, com a noção de responsabilidade dele perante a sociedade.

Corroborando com este entendimento, Nérici (1973, p.319) defende que:

O exercício de uma profissão pressupõe vocação, certas aptidões e um código ético de comportamento social. Daí a necessidade de um serviço de orientação para os estudantes universitários, não só quanto à instrução, ao preparo técnico, mas também, para a formação social e moral do futuro profissional.

Atualmente, tomando por base a ementa das disciplinas relacionadas aos conhecimentos de Contabilidade Pública de uma Universidade Federal, observou-se que esta se volta ao desenvolvimento de conteúdo e habilidades para a construção de conhecimentos teóricos, técnicos e práticos acerca dos conceitos de Orçamento Público, Finanças Públicas, Balanços Públicos e Auditoria no Setor Público, não chegando, porém a 10% (dez por cento) da grade curricular, composta por um total de 43 disciplinas obrigatórias e duas disciplinas eletivas.

Para tanto se questiona essa pouca disponibilidade de disciplinas voltadas ao estudo do patrimônio público, pela grande complexidade de seu entendimento e pela sua importância, por abranger características de uma sociedade cujo Estado é Democrático. Valendo-se para tanto destacar que a democracia, segundo Marx (1983), não se configura como uma mera formalidade político-administrativa, porém seu objeto é mais do que isso, é a inclusão de todos os homens numa sociedade, onde o Estado é instrumento da sociedade e o social se torne objeto do Estado.

Ainda segundo esse autor, tomando a perspectiva do espírito democrático, o Estado é uma expressão dos interesses dos homens manifestamente sacramentados como prestação de um serviço público, não sendo dessa forma um fim em si mesmo.

Com isso defende-se que os conteúdos das disciplinas de Contabilidade Pública, não se voltem apenas a um contexto prático (a técnica contábil de escrituração e contabilização de fatos patrimoniais em entidades públicas), porém construa-se para que o educando contextualize os ensinamentos no seu cotidiano e, dessa forma, torne-se participante ativo na construção de sua sociedade.

Não se prestando a esgotar as possibilidades de investigação, mas vale ressaltar que parte dessa falta de disciplinas voltadas ao estudo do Patrimônio Público em muito se deve ao fato de que o Curso de Ciências Contábeis é fortemente voltado para o ramo privado da contabilidade, prova é a quantidade de horas-aula (entre disciplinas obrigatórias e eletivas) dedicadas à contabilidade e suas aplicações na área privada.

Neste contexto, considerando os ensinamentos da Teoria Habermasiana, o que se propõe é o desenvolvimento de aulas de contabilidade pública que provoquem efeito emancipatório nos educandos da disciplina. Para tanto poder-se-ia utilizar de alguns recursos, tais como:

- Aulas Práticas de orçamento, onde as instituições de ensino firmariam convênios de ensino e pesquisa com entidades públicas, e sob a orientação do educador da disciplina, faria o acompanhamento desde a elaboração da proposta orçamentária até a execução da mesma;
- Análise regular da situação econômico-financeira do Estado e/ou União, de forma a acompanhar a execução de políticas públicas, e a partir dos conceitos desenvolvidos em sala de aula, interagir avaliando decisões políticas e firmando o educando como eleitor e como cidadão responsável;
- Incentivar aos educandos a buscarem situações e dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de entidades públicas, bem como o próprio educador fazê-lo, trazendo Balanços Públicos para avaliações e discussões dentro de sala de aula;
- Buscar integração com os órgãos de controle (Tribunal de Contas dos Estados, da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público, etc.) promovendo visitas técnicas para conhecimento do papel destes órgãos e a importância do controle dos recursos públicos, os quais os próprios educandos são contribuintes, despertando assim a consciência da importância do estudo dos temas ligados à contabilidade pública;
- Incentivar a criação de laboratórios de pesquisa, onde se discuta permanentemente temas contemporâneos relativos à contabilidade pública e seus efeitos sócio-ambientais, procurando demonstrar aos educandos a atualidade que possui o tema e as possibilidades existentes para pesquisa e produção científica na área.

Intenciona-se, com essas ações pedagógicas, proporcionar aos estudantes de contabilidade uma formação ativa e crítica do processo social da época histórica a que pertençam, a partir da concepção eminentemente emancipatória que possui a contabilidade pública.

Dessa forma busca-se a realização de uma ação comunicativa que resulte na emancipação do educando, na medida em que o mesmo desenvolva o censo crítico relacionado à importância e a utilização da contabilidade pública como instrumento de acompanhamento e controle da utilização do erário público, bem como comunicar claramente tais dados a sociedade. Transformando-se, dessa forma, a si e a sociedade em sujeito participante, ao invés de mero objeto, comportamento este provocado pelo desenvolvimento da consciência coletiva transformadora.

A adoção de práticas educacionais baseadas na Teoria Habermasiana provocará a quebra do paradigma da educação como mera transmissora de conhecimento para uma ação educativa de construção e reconstrução do conhecimento baseado numa visão holística em que o educando passa a ser instrumento idealizador de mudanças sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toma-se tal ênfase ao ensino da Contabilidade Pública, pois essa possui um papel deveras importante na sociedade como, segundo Cochrane (2003), fornecedora de informações atualizadas e exatas para o subsídio da tomada de decisão, pelos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares, informações que a elas interessem.

Pode-se estender a afirmação acima, dispondo que o contador, possui um papel na sociedade de levar as informações a todos que a ela pertencem, sendo ele participante direto ou não dos órgãos governamentais. Para que assim a população, tendo o conhecimento das gestões governamentais, responda as mesmas.

Porém, para que os contadores exerçam um papel ativo na sociedade, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam ações buscando uma maior socialização e participação dos estudantes, voltadas ao entendimento, ao conhecimento crítico e combatendo as práticas pedagógicas individualistas, que visam a dominação e manipulação, sendo este justamente o paradigma cartesiano criticado por Habermas (IAROSZINSKI, op. cit).

Dessa forma, tendo um ensino voltado a construção social, estar-se-ia buscando encontrar uma combinação entre o mundo do sistema e o mundo da vida, pelo qual a teoria e a prática estariam interligadas através de ações concretas, em uma dinâmica de interação entre os atores envolvidos, visando novas racionalidades.

7. REFERÊNCIAS

ARRINGTON, E. e PUXTY, A., Accounting, Interests and Rationality: A communicative relation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 2, p. 31-58, 1991.

BORDENAVE, J. D. e PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BROADBENT, J., et. al., Recent Financial and Administrative Changes in the NHS: A critical theory analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 2, p. 01-29, 1991.

BUBER, M. **Das dialogische prinzip**. 3ª ed. Heidkberg: Lambert Schineider, 1973.

CHUA, W.F. e DEGELING, P. Interrogating an Accounting Based Intervention on Three Axes: Instrumental, Moral and Aesthetic. **Accounting, Organization and Society**, p. 291-318, 1993.

COCHRANE, Teresinha M. C. **A importância do controle interno na administração pública brasileira e a contribuição da Contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da Gestão Pública**. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Rio Grande do Sul: 2003.

FREIRE, Paulo. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

GONÇALVES, Marial A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº. 66, Abril/99.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. 3ª ED. Madrid: Cátedra, 1997.

_____. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

IAROSZINSKI, M.H. **Contribuições da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas para a educação tecnológica**. 2000. 109 p. Dissertação de Mestrado - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

LAFFIN, M. **Ensino da contabilidade**: componentes e desafios. In FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE, 7.,2001, Rio de Janeiro. Anais do II Fórum Nacional de Professores de Contabilidade. Rio de Janeiro: 2001.

LEHMAN, G. Perspectives on language, accountability and critical accounting: An interpretative perspective. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 17, p. 755-779, 2006.

LODH, S.C. e GAFFIKIN, M. J. R. Critical Studies in Accounting Research, Rationality and Habermas: A methodological reflection. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 8, p. 433-474, 1997.

LYYTINEN, K. J. e KLEIN, H. K. The Critical Theory of Jürgen Habermas as a Basis for a Theory of Information Systems, in Mumford et al. (ed) **Research Methods In Information Systems**, p. 219 – 236, 1985.

MARX, K. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**. Lisboa. Editorial Estampa, 1983

NERICI, I. G. **Metodologia do ensino superior**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

PRESTES, N. H. **Educação e racionalidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SARTORI, A. S.; SOARES, M.S. P. **Concepção dialógica e as NTICs**: a educação e os ecossistemas comunicativos. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, set 2005.

SIEBENEICHLER, F. **Jürgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental**:Um enfoque administrativo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIVEIROS, A. **A vitória do parlamento** – PLC nº. 135 – 1966. Câmara dos Deputados: Brasília, 1998.